

PUBLICADO

13.07.2008
JORNAL O REGIONAL
Edição Nº 2437

LEI N.º 2.245/2008

SÚMULA: Regulamenta o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de pequeno valor para o Município de Colorado e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO,
ESTADO DO PARANÁ:**

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As demandas judiciais cujos valores de execução não forem superiores a R\$ 5.180,25 (cinco mil, cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos), poderão ser quitadas no prazo de até sessenta dias após a intimação do trânsito em julgado da decisão, sem necessidade da expedição de precatório.

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no caput e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma do caput.

§ 3º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no caput, o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório.

Art. 2º. O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do pedido constante da petição inicial e determina a extinção do processo.



Art. 3º. O disposto nesta Lei não obsta a interposição de embargos à execução por parte do Município.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Colorado, PR, 12 de junho de 2008.


MARGOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO
PREFEITO